

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.767.212 - PR (2020/0253308-1)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : D V DE P
ADVOGADOS : CRISTHOFER PINTO OLIVEIRA - PR030035
FREDERICO SILVA HOFFMANN - PR063607
ARIEL PAULO MARINOSKI - PR083516
AGRAVADO : N B DE P
REPR. POR : D F B R
ADVOGADO : JULIANO RIBEIRO GOMES - PR070301

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por D V DE P contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL DE ALIMENTOS. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. MANUTENÇÃO DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR ANTERIORMENTE ACORDADA. PRETENSÃO DE MAJORAÇÃO DO VALOR DOS ALIMENTOS DEVIDOS PELO GENITOR À FILHA. ADEQUAÇÃO AO TRINÔMIO NECESSIDADE, POSSIBILIDADE, PROPORCIONALIDADE. COMPROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO DA NECESSIDADE DA MENOR. SENTENÇA REFORMADA. MAJORAÇÃO DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR. PEDIDO PARA CONSIDERAR O VALOR RECEBIDO À TÍTULO DE VALE-ALIMENTAÇÃO PARA BASE DE CÁLCULO DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL SOBRE O TEMA. NÃO ACOLHIMENTO DO PEDIDO.

1. A fixação da obrigação alimentar deve ser realizada com observância de seu trinômio formador: necessidade, possibilidade e proporcionalidade. Deste modo, poderá o valor fixado a título de alimentos ser revisto sempre que houver modificação em seu trinômio, com vistas a garantir o princípio da proporcionalidade.

2. A presunção legal milita em favor do alimentando, e, não tendo o recorrente demonstrado ofensa ao trinômio necessidade, possibilidade, proporcionalidade, os alimentos arbitrados pelo r. Juízo não devem ser modificados, sob pena de prejuízo ao sustento daquele que necessita da pensão alimentícia.

RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

(fl. 206)

Quanto à controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega a violação dos arts. 1694 e 1699 do CC e ainda divergência jurisprudencial, aduzindo ser indevida a majoração dos alimentos, eis que não houve comprovação da necessidade da alimentada, nem da possibilidade do alimentante em suportar a medida, trazendo os seguintes argumentos:

Ora, o postulado dos referidos artigos do Código Civil, sobretudo conforme o previsto no artigo 1699, é de que para ocorrer a majoração do valor dos alimentos, é necessário a mudança da situação econômica do alimentante, e também do alimentado.

Do mesmo modo, o artigo 1694 do CC estabelece a necessidade da alteração do binômio necessidade x possibilidade, para então haver justificativa para a revisão dos alimentos.

No caso dos autos, conforme exposto, a Recorrida não demonstrou a majoração de suas necessidades econômicas aptas a ensejar a majoração dos alimentos prestados, e além disso, a obrigação alimentar recai sobre ambos os genitores, não sendo possível a transferência deste encargo apenas ao Recorrente.

Ainda que assim fosse, para que se justifique a majoração dos alimentos, nos termos dos artigos de lei acima colacionados, é essencial que a capacidade econômica do Requerente houvesse aumentado, todavia não é o que ocorreu no caso dos autos, vez que, ao revés, restou comprovado que a condição do Recorrente foi reduzida após a fixação de alimentos para a Recorrida, uma vez que houve o nascimento de seu outro filho e com isto suas despesas aumentaram, não havendo fundamentos portanto para a majoração, uma vez que não se pode beneficiar um filho em detrimento dos demais.

Do mesmo modo, exerce a função de trocador de ônibus auferindo renda mensal de R\$ 1.103,24 (mil cento e três reais e vinte e quatro centavos), não havendo portanto majoração de sua capacidade econômica.

Neste sentido, o acórdão foi prolatado em notável violação ao que dispõe o artigo 1.699 do Código Civil, pois não houve modificação econômica favorável daquele que supre, e do mesmo modo não restou comprovada a majoração das necessidades da Recorrida, e assim, o presente tribunal, na condição de guardião da legislação federal, é apto a reconhecer a notável violação de lei com a qual foi prolatado o acórdão que reformou a sentença.

Destaca-se ainda que, a própria sentença de primeira instância, ao julgar improcedente o pleito inicial, interpretou e aplicou adequadamente tais dispositivos do Código Civil, ao contrário do acórdão que reformou a sentença e proferiu decisão contrária aos referidos artigos de lei federal.

Assim, é clara a necessidade de reforma da decisão recorrida, uma vez que, pelas razões apresentadas, é patente a ofensa aos artigos 1694 e 1699 do Código Civil. (fls. 262/264)

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Passo a análise da possibilidade do Apelado, este trabalha junto a empresa Viação Campos no cargo de trocador auferindo remuneração bruta mensal de R\$ 1.104,81 (mil, cento e quatro reais e Gerais Ltda, oitenta e um centavos), conforme holerites colacionados ao mov. 31.5. Ainda, comprovou o comprometimento de seus rendimentos com despesas como aluguel, gás, farmácia, bem como que, possui outro filho ao qual paga alimentos (movs. 31.7 e 31.8).

Nesse sentido, alega a Apelante, que além do valor recebido a título de salário, o genitor recebe mensalmente R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) à título de vale-alimentação que também devem ser considerados como parte de sua renda à fim de possibilitar a majoração da obrigação alimentar. Ainda que, quanto ao comprovante de pagamento da pensão alimentícia do outro filho menor, esse não merece prosperar tendo em vista que, não há qualquer comprovação de que se destina ao menor.

Quanto ao pedido da recorrente para considerar o valor pago à título de vale-alimentação como renda do genitor, esse não merece prosperar

[...]

Em relação ao pedido da parte de revisão com consequente majoração da obrigação, à fim de demonstrar a alteração de sua necessidade, a autora colacionou na inicial, recibo do transporte escolar no valor de R\$ 170,00 (cento e setenta reais), considerando os alimentos pagos pelo genitor, de R\$ 216,00 (duzentos e dezesseis reais), resta para alimentanda o importe de R\$ 46,00 (quarenta e seis reais) para auxílio no pagamento de suas demais despesas.

Sendo assim, necessária se faz a reforma da sentença à fim de majorar a obrigação alimentar, isso porque, comprovado que os alimentos não mais atendem as necessidades da menor.

Nos termos do trinômio necessidade- possibilidade – proporcionalidade, acolho parcialmente o pleito recursal à fim de majorar os alimentos para 27% (vinte e sete por cento) dos rendimentos líquidos do genitor (isto é, brutos menos os descontos legais de IR e INSS).

Por fim, importante esclarecer que o ônus alimentício pode ser reavaliado a qualquer momento, diante de alteração significativa na situação ao alimentando ou do alimentado. (fls. 208/209)

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)”. (AgRg no REsp 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 7/3/2019.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.679.153/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 1/9/2020; AgInt no REsp 1.846.908/RJ, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 31/8/2020; AgInt no AREsp 1.581.363/RN, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020; e AgInt nos EDcl no REsp 1.848.786/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/8/2020.

Ademais, não foi comprovada a divergência jurisprudencial, pois a mera transcrição de ementas não supre a necessidade de cotejo analítico, o qual exige a reprodução de trechos dos julgados confrontados, bem como a demonstração das circunstâncias identificadoras, com a indicação da existência de similitude fática e de identidade jurídica entre o acórdão recorrido e os paradigmas indicados.

Nesse sentido: “A recorrente não se desincumbiu de demonstrar o dissídio de forma adequada, nos termos do art. 1.029, § 1º, do CPC e do art. 255, § 1º, do RISTJ, tendo se limitado a transcrever e comparar trechos de ementas. Como é cediço, a simples transcrição de ementas com entendimento diverso, sem que se tenha verificado a identidade ou semelhança de situações, não revela dissídio, motivo pelo qual não é possível conhecer do recurso especial pela divergência”. (AgRg no REsp 1.507.688/DF, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 27/5/2020.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: REsp 1.874.545/CE, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 29/6/2020; AgInt no AREsp 1.595.985/RS, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 14/8/2020; AgInt no AgInt no AREsp 1.397.248/DF, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 3/8/2020; e AgInt no REsp 1.851.352/SP, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 13/4/2020.

Além disso, não foi comprovada a divergência jurisprudencial, uma vez que a parte recorrente não apresentou certidão, cópia ou citação do

repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que tenha sido publicado o acórdão divergente; ou ainda a reprodução de julgado disponível na internet, com indicação da respectiva fonte (art. 255, § 1º, do RISTJ).

Nesse sentido: "O dissídio jurisprudencial não foi devidamente comprovado, tendo em vista a ausência de demonstração da divergência mediante certidão ou cópia autenticada, citação de repositório oficial ou credenciado ou reprodução de julgado disponível na internet com a indicação da respectiva fonte. Precedentes". (AgInt no AREsp 1.244.772/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe 13/11/2018.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no REsp 1.517.575/RN, relatora Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, DJe de 12/6/2020; AgInt no REsp 1.790.289/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 6/4/2020; REsp 1.790.038/PE, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 9/6/2020; e AgInt no AREsp 1.225.434/SP, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe de 24/10/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente